

## DEPOPULAÇÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL

Ronald Raminelli<sup>1</sup>

A Amazônia hoje possui uma população rarefeita. Por muito tempo se pensou que a floresta tropical fosse imprópria à sobrevivência humana. Os princípios da teoria do determinismo ecológico entendiam a pobreza de recursos ambientais como entraves ao desenvolvimento das sociedades indígenas, inviabilizando a concentração e crescimento populacional. A complexidade cultural somente seria atingida em um ambiente propício. Os solos são ácidos, lixiviados e frágeis, impróprios à subsistência humana (Meggers, Evans, 1957, 167). De modo contundente, Anna Roosevelt procurou desacreditar essa teoria, estabelecendo uma nova visão da pré-história amazônica. Várias pesquisas arqueológicas encontraram um rico patrimônio que revela evidências de uma longa e substancial seqüência de desenvolvimento indígena na Amazônia.

*“Isto sugere, ao contrário das interpretações precedentes, que as terras baixas da Grande Amazônia podem ter sido ocupadas muito cedo, sendo o lugar de origem de alguns importantes desenvolvimentos culturais para as Américas” (Roosevelt, 1992. p. 53).*

Assim sendo, não seriam as adversidades ecológicas a causa para a baixa concentração populacional da Amazônia atual.

Existem ainda evidências incontestáveis do desenvolvimento de organizações sociais complexas, denominados por Roosevelt de **cacicados complexos**. Essas comunidades eram hierarquizadas, residiam em áreas urbanas e desenvolviam agricultura intensiva, recorrendo a aterros agrícolas. A existência de chefias hierarquizadas

---

1 Universidade Federal Fluminense.

é documentada desde as primeiras viagens realizadas por europeus ao longo do Rio Amazonas. Carvajal, Bettendorf e Heriarte mencionam a importância dos chefes e descrevem suas prerrogativas: tributos, várias mulheres e importância da descendência para perpetuar o poder. Em meados do século XVI, o Frei Gaspar de Carvajal percorreu o Rio Amazonas e descreveu o contato mantido entre os espanhóis e os habitantes da localidade:

*“Quando chegaram, vimos que cada um tinha um palmo a mais do que o mais alto de nós, e eram muito brancos. Seus cabelos chegavam até à cintura. Usavam muitas jóias e muitas roupas. Trouxeram muita comida e chegavam com tanta humildade que todos ficamos espantados com sua atitude e boa educação; (...) e disseram que eles eram vassalos de um Cacique muito importante, e que por sua ordem, tinham ido até lá para saber quem éramos, o que queríamos e de onde vínhamos” (Carvajal, 1992, p. 49).*

A descrição nos remete a uma sociedade rica em recursos materiais: abundância de alimentos e refinamentos técnicos (confecção de jóias e roupas). O testemunho de Carvajal desmente o primitivismo das comunidades indígenas pré-colombianas e revelam uma sociedade muito distinta das atuais. Essas evidências documentais, antes consideradas como imaginosas, se coadunam com as descobertas arqueológicas mencionadas por Anna Roosevelt. Há comprovações geológicas de que nas terras baixas da Amazônia poderiam florescer civilizações tão complexas quanto à asteca e egípcia (Roosevelt, 1991, p. 103-141). Mas se existiam “grandes reinos” na Amazônia, por que não deixaram vestígios e se perpetuaram até os nossos dias? A decifração do enigma cabe aos arqueólogos que a cada ano encontram os fragmentos da história da região. O objetivo dessa comunicação é refletir sobre as causas da depopulação da Amazônia colonial. Partindo do pressuposto que o território era densamente povoado antes da chegada dos europeus, essa pesquisa procurou encontrar nas narrativas de exploradores, religiosos, administradores e naturalistas os motivos para queda demográfica verificada entre os séculos XVI e XVIII.

## 1 TESTEMUNHOS DA DEPOPULAÇÃO

O grande crescimento demográfico ocorrido entre o terceiro milênio antes de Cristo até o início da era cristã pode ser a causa do início da depopulação.

*“Quando, finalmente, a vasta bacia ficou cheia de gente, as pessoas tiveram que se adaptar in situ às conseqüências da competição pela guerra, com acesso preferencial dos vencedores aos recursos” (Roosevelt, 1991, p. 127).*

As novas condições explicam a causa da deterioração do cotidiano indígena iniciada antes da chegada dos europeus. Contudo, a situação se agravaria após a conquista, quando as guerras pela disputa de recursos ecológicos se intensificaram. Os índios foram, paulatinamente, reduzidos à escravidão e vítimas de epidemias que se tornaram recorrentes até o atual século. As patologias e debilidades ósseas encontradas nos esqueletos dos índios pós-contatos são muito mais evidentes do que nos restos humanos datados do período mais recuado. A conquista, portanto, acelerou o processo de destruição das comunidades indígenas na Amazônia.

Efetivamente, a Amazônia tornou-se parte do Império colonial em meados do século XVII. Desde então, os portugueses recorreram à escravidão indígena para impulsionar seus empreendimentos. Depois de estabilizada a conquista, os portugueses lançaram-se à exploração econômica, recorrendo aos indígenas para colher as “drogas do sertão”, transportar mercadorias e aniquilar as tribos que resistiam aos descimentos e ao trabalho forçado. Há registros de duas categorias de índios: os livres (descidos) e os escravos. Os primeiros ligavam-se aos núcleos coloniais sem o emprego da força – apesar da denominação livres, engajavam-se à colonização como trabalhadores semi-escravos; enquanto os escravos eram capturados em guerras justas, ou como índios de corda (prisioneiros de uma tribo e jurados de morte em ritual canibalesco). Porém, nem sempre os colonos recorriam aos estatutos da lei para empreender uma guerra justa e escravizar os nativos (Kieman, 1954).

A escravidão era, segundo os jesuítas, indiscriminada, prejudicando a atuação dos inacianos na catequese e conversão do gentio. O padre Antônio Vieira era a voz mais ativa a denunciar os

subterfúgios dos colonos para bular as leis que restringiam a escravidão. O jesuíta ainda salientava que o descimento de comunidades indígenas era causa para a queda demográfica. Os aldeamentos provocavam a morte de milhares de nativos que não possuíam resistência contra as doenças. A mão-de-obra indígena nunca era suficiente, pois além das epidemias e das fugas, os índios padeciam por fome, mortes e ferimentos graves provocados pelas guerras. A constante baixa demográfica dos aldeamentos induzia os colonos a penetrar, cada vez mais, pelo interior do território em busca de novas comunidades indígenas<sup>2</sup>. Deste modo, Vieira explicou a abrangência das baixas demográficas verificadas desde a segunda metade do século XVII.

Nessa mesma conjuntura, as epidemias de sarampo e bexigas foram noticiadas como catástrofe para economia da região, que sempre encontrava-se debilitada pela carência de mão-de-obra. Nas aldeias, os índios entravam em contato com europeus e africanos, contaminando-se com agentes patológicos desconhecidos. Os animais dos colonizadores também contribuíam para disseminar doenças que seriam fatais para a população indígena isoladas por séculos nas florestas tropicais. Não eram, porém, as epidemias e guerras as únicas razões para a depopulação. No século XVII, o padre João de Souza Ferreira descreveu em detalhes as práticas suicidas perpetradas pelos ameríndios. Além de atentar contra a vida de seus senhores, os índios comiam terra, carvão, cinzas, cascas de pau e se envenenavam. As mulheres grávidas tomavam “medicina” para não gerarem; e quando seus rebentos já estavam crescidos ensinavam-lhes a ingerir substâncias para encurtar a existência. O padre Ferreira fez a seguinte estimativa: se um senhor possui 10 escravos, ao prazo de 10 anos não terá nenhum; mas se um casal fugir para o mato, dentro de 10 anos contará com 10 filhos (Ferreira, 1883, p. 116-117). Na época, as histórias de suicídio serviam para demonstrar o barbarismo indígena. Hoje, no entanto, entendemos tal prática como forma de resistência, de recusa à escravidão e submissão aos conquistadores. No trecho a seguir, Ferreira relata como as índias livravam seus filhos do jugo escravista:

*“(...) vendo eu que uma (escrava) tinha já morto quatro filhos, o primeiro com terra, que*

---

2 Vieira (1992, p. 49). Sobre os índios da Amazônia ver: (Bessa, 1991; Amoroso, 1991).

*lhe ensinou a comer, sendo de 7 anos; o segundo tanto que o pariu, lhe deu com a cabeça em um pau, e quando se soube que o tinha enterrado, se foi achar ainda palpitando, mas já incapaz da água de batismo; o terceiro e quarto com uma erva que bebeu os deitou antes do tempo...”* (Ferreira, 1883, p. 121).

O suicídio, no entanto, não era apontado como principal responsável pelas baixas. As epidemias se alastravam pelo território, seguindo os passos do colonizador. Os índios, por sua vez, fugiam da morte e da escravidão. Em visitas pelo interior da Amazônia, o padre Samuel Fritz deparou com aldeias abandonadas, onde as moradias estavam em péssimo estado e as culturas perderam-se no mato. Os Jurimáguas e os Omáguas refugiavam-se em lugares distantes do colonizador português (Fritz, 1918, p. 393). A fuga era uma outra faceta da queda demográfica presenciada pelos administradores e religiosos na virada do século XVII e XVIII. A estratégia, porém, não impedia a busca de novos braços em regiões remotas. Na primeira metade do século XVIII, os escravistas perpetravam ainda mais pelo interior e descobriram etnias e comunidades antes desconhecidas. A carência de recursos impedia a compra de escravos africanos e incentivava a captura de índios para o trabalho agrícola e coleta de drogas do sertão. Por esses caminhos cruzavam os homens e os microrganismos responsáveis por epidemias.

As doenças seriam tema do relatório escrito pelo naturalista francês Charles-Marie La Condamine na década de 1740. Na época, a varíola fazia grande devastação nas proximidades de Belém. O mal era mais nefasto para os índios recém oriundos das florestas. Nas missões, a infecção era fatal aos índios que andavam nus, enquanto os aldeados nascidos e criados entre os portugueses resistiam mais às doenças. O naturalista considera os “selvagens” como seres anfíbios, vivendo na água e na terra, e por isso eram imunizados desde a infância contra as injúrias do ar. A pele era, então, mais resistente, mais compacta do que os demais índios; o que dificultava a erupção da varíola e, por conseguinte, comprometia o funcionamento dos órgãos. A prática de esfregar no corpo as sementes de urucu, jenipapo e óleos espessos também agravaria o estado de saúde dos recém-chegados. Os escravos provenientes da África desconheciam essas práticas e eram ainda mais fortes às doenças. La Condamine relatou ainda um episódio

curioso. Na década de 1720, um carmelita das cercanias do Pará leu um jornal sobre o

*“segredo da inoculação, que na época fazia grande estardalhaço na Europa, prudentemente julgou que, usando esse remédio, tornaria ao menos duvidosa uma morte que era considerada certa, quando se usava apenas remédios comuns”.*

Vendo a devastação, não teve problemas para iniciar a inoculação da varíola nos sobreviventes, obtendo enorme sucesso. Não perdeu sequer um índio. O carmelita é o primeiro na América que teve coragem de executar essa operação (La Condamine, 1992. p. 110-111).

Essa prática, porém, não teve continuidade, e os índios continuaram a perecer frente às epidemias. As guerras e investidas escravistas permaneceram intensas na primeira metade do século XVIII. Juridicamente, o índio somente alcançaria sua “liberdade” com as reformas empreendidas pelo marquês de Pombal. *O Diretório pombalino*<sup>3</sup> (1758) foi formulado para uma realidade histórica e regional específica e concebido a partir das primeiras instruções de Pombal e do Governador do Grão-Pará – Francisco de Mendonça Furtado. Esse regimento era parte de um plano ousado de intervenção na Amazônia, pois na mesma época foram criadas a Capitania do Rio Negro (1755), a Companhia de Comércio do Grão-Pará (1755), ambos promoviam a consolidação das fronteiras da colônia, além de incentivar a agricultura e secularização das aldeias indígenas. A expulsão dos jesuítas era condição indispensável para implementar as reformas. Mendonça Furtado afirmou que no início das reformas os jesuítas mostravam-se renitentes em cumpri-las, muitas vezes pregando a desobediência.

O Diretório pregava a liberdade dos índios e o fim da tutela exercida pelos padres da Companhia de Jesus. Os nativos tornar-se-iam vassallos do rei, como os demais colonos. No texto, encontra-se a discussão européia em torno da humanidade dos índios e seu lugar na civilização ocidental. A liberdade do índio torna-se imprescindível para sua civilização, pois os jesuítas os impediam de conviver com os

---

3 *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão.* Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, ano MDCCLVIII.

brancos, incentivavam a língua geral, em detrimento do português. Sob a tutela dos jesuítas, os índios jamais seriam homens civilizados e dedicados à agricultura e ao comércio. O trabalho, os hábitos urbanos e o convívio com os brancos fariam dos índios homens civilizados. A partir de então, os casamentos mistos de brancos com índias seriam incentivados. Os representantes da administração colonial nas vilas, os diretores, deveriam manter-se informados sobre o andamento dessas uniões, cuidando para que os cônjuges indígenas não fossem prejudicados.

O Diretório pretendia distribuir equitativamente os trabalhos entre as comunidades indígenas. A partir da implementação do regimento, os diretores, párocos e juizes organizavam as povoações para atuar como unidades econômicas, transformando-as em vilas e, depois, em cidades – cidade como sinônimo de civilização. As comunidades indígenas foram deslocadas para áreas estratégicas, promovendo o desenvolvimento econômico de territórios na fronteira. As vilas e cidades, além de promoverem a civilização dos nativos, a agricultura e o comércio, marcavam as fronteiras com o império espanhol e as colônias holandesa, francesa e inglesa na Região das Guianas. O regimento repartiam os índios em dois grupos:

- 1) aqueles que permaneciam nas povoações para defesa do Estado, sobretudo nas imediações das fronteiras ao norte;
- 2) trabalhariam para os moradores, como assalariados, exercendo funções como condutor de canoas, coletor de drogas, trabalhador nas lavouras de tabaco, cana-de-açúcar, algodão e demais gêneros (Almeida, 1995; Hemming, 1987; Maclachlan, 1973).

Durante o período pombalino e mariano, a Coroa promoveu inúmeras expedições para verificar a implantação e andamento das reformas. Lobo d'Almada, Ribeiro Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira denunciaram a decadência da agricultura, o emprego indevido da mão-de-obra indígena e o agravamento da crise demográfica noticiada desde meados do século XVII. Os diretores, no uso de sua autoridade, revertiam os lucros dos empreendimentos agrícolas em benefício próprio, pois remuneravam os índios com aguardente produzida em suas propriedades. Deste modo, arruinavam os planos da coroa de introduzir na região produtos manufaturados metropolita-

nos, tecidos e ferramentas. Os diretores ainda introduziram o “sistema de barracão”, que acarretava a dependência pessoal dos índios aos diretores, por intermédio do endividamento. Eles eram obrigados a comprar nessas vendas produtos com preços elevados, contraindo dívidas que eram impossíveis de serem saldadas. Enfim, os planos do Diretório fracassaram, pois não incentivaram o crescimento demográfico, nem resultaram na formação de cidades e vilas, nem incentivavam à agricultura e comércio, aumentando ainda mais a opressão sobre as comunidades nativas. Ele seria extinto em 1798.

Em 1762, o bispo do Pará traçou um perfil sombrio sobre a atuação dos diretores. Para ele, os índios descidos não poderiam receber tarefas pesadas, mas “*moderadíssimos trabalhos*”, pois eram “*frouxos, preguiçosos e mal acostumados*”. Aos poucos, os colonos deveriam introduzi-los ao trabalho, do contrário fugiriam para os matos. O descanso e a remuneração previstos pelo Diretório Pombalino não eram respeitados pelos diretores. E em seguida noticiou a morte de sessenta mil índios, dizimados pelo sarampo e bexiga. Outros tantos fugiram para o sertão, “*abusando da liberdade*” que o Diretório com justiça os concedeu (S. José, 1847, p. 90-91). Esse testemunho revela, de modo velado, uma nova faceta da depopulação na Amazônia colonial. Apesar de ser óbvio o vínculo entre excesso de trabalho e queda demográfica, há poucas evidências de que os colonos fizessem essa relação. Eles consideravam os índios preguiçosos para o trabalho, além de possuírem uma constituição corporal precária. A morte, portanto, era fruto da debilidade da natureza física dos índios e não resultado da conquista e escravidão dessas populações. O bispo, porém, afirma que a manutenção e cumprimento das normas estabelecidas pelo Diretório eram condição essencial para conter as baixas.

A metrópole possuía enorme interesse em preservar as fronteiras, incentivar o comércio e agricultura da Amazônia portuguesa. Para tanto, incentivou expedições comandadas por administradores com a finalidade de coletar informações as mais diversas. Para além de demarcar as áreas de litígios, os administradores coloniais descreveriam as culturas, a capacidade produtiva das comunidades, as debilidades técnicas empregadas na agricultura e confeccionavam mapas populacionais das vilas e aldeias visitadas. Esses levantamentos eram precários, poucos sistemáticos, mas capazes de traçar um perfil da população residente em algumas paragens da Amazônia. Por intermédio desses testemunhos, pode-se avaliar a depopulação que se

abateu sobre a região, sobretudo depois da “liberdade” dos índios instituída pelo Diretório Pombalino (Domingues, 1991). Entre 1784 e 1786, o engenheiro militar e administrador Lobo da Almada percorreu a Região do Rio Branco em busca de informações solicitadas por ordem de Sua Majestade. O relatório é rico em informações e contém os primeiros mapas populacionais: a população geral da Região do Rio Branco (Tabela 1) e de cinco aldeias.

**Tabela 1**

POVOAÇÕES DO RIO BRANCO

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Adultos	248	268	516	55,4
Jovens	115	75	190	20,4
Velhos	19	29	48	5,2
Deficientes	6	3	9	1,0
Inocentes	85	83	168	18,0
<i>Total</i>	<i>473</i>	<i>458</i>	<i>931</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Lobo (1861).

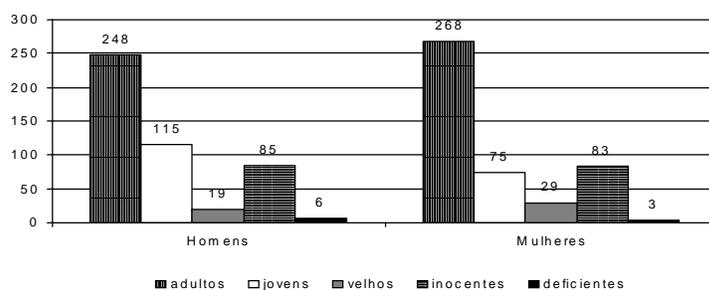
## 2 PRIMEIROS MAPAS POPULACIONAIS

Os mapas populacionais produzidos por Lobo da Almada possuem um grande mérito de possuir uma mesma metodologia, possibilitando uma boa comparação entre as aldeias e a totalidade da região. Ele dividiu os índios em capazes e impossibilitados, enfatizando, portanto, a vinculação deles ao processo produtivo. Os mapas destinam-se a verificar a viabilidade da agricultura e defesa das fronteiras contra as ameaças estrangeiras (espanhóis e holandeses). Entre os capazes de executar serviços, há homens, mulheres, rapazes e raparigas. Os impossibilitados são os velhos, velhas, cegos, cegas, aleijados, aleijadas, os inocentes masculinos e femininos. Não há referência etária para os deficientes, por isso foram tratados a parte. O número de jovens é bem inferior aos adultos. Na Tabela 1, há 115 rapazes e 75 raparigas: os jovens perfazem 20,4% da população total. No Gráfico 1 fica evidente o processo de depopulação, pois os inocentes (crianças até 7 anos, informação não fornecidas por Lobo da Almada) perfazem 18% da população. Essa percentagem não permite a reprodução populacional indígena.

Devo, no entanto, esclarecer que a população era instável, fruto dos descimentos promovidos pelos portugueses. As epidemias e as fugas para as matas não permitiam a formação de uma comunidade estável, pois havia sempre a necessidade de novos descimentos para suprir as necessidades de mão-de-obra. Nesse sentido, a população ativa (capazes de serviço) era o alvo das investidas dos colonos. Esse dado explica a pirâmide populacional das aldeias localizadas no Rio Branco.

**Gráfico 1**

**RIO BRANCO**



As Tabelas 2, 3, 4 e 5 pretendem analisar a importância da população ativa na composição das aldeias. Os portugueses não se interessavam pela reprodução do contingente populacional, recorrendo, portanto, aos descimentos para recompor a capacidade de trabalho. Nas povoações do Carmo, Santa Maria, São Filipe os capazes perfazem entre 70 a 80% da população, demonstrando que o espaço “urbano” era dedicado ao trabalho, não possuindo a função de reprodução dos índios. O povoado de São Martinho (Tabela 4) constitui uma exceção, pois os capazes de serviço perfazem apenas 57,1%, enquanto os impossibilitados eram 19,1% uma média alta quando comparadas às demais aldeias. Em São Martinho havia 21 almas, com 3 fogos; possivelmente era um povoado novo ou havia sido dizimado pelas pestes e fugas. Em todos os povoados, havia ainda a família do diretor (administrador dos índios instituído pelo Diretório Pombalino), soldados, cadete, padres e vigários, que eram uma absoluta minoria frente aos índios. Comumente, os soldados e cadetes atuavam como diretores. Não há referência sobre negros escravos, mesmo porque a região possuía uma economia pobre e incapaz de importá-los (Lobo de Almeida, 1861, p. 669-674).

**Tabela 2**

## POVOAÇÕES DO CARMO

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Capazes	83	78	161	75,0
Impossibil.	5	4	9	4,0
Inocentes	25	20	45	21,0
<i>Total</i>	<i>113</i>	<i>102</i>	<i>215</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Lobo (1861).

**Tabela 3**

## POVOAÇÕES DE SANTA MARIA

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Capazes	63	65	128	77,5
Impossibil.	5	5	10	6,1
Inocentes	9	18	27	16,4
<i>Total</i>	<i>77</i>	<i>88</i>	<i>165</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Lobo (1861).

**Tabela 4**

## POVOAÇÕES DE SÃO FILIPPE

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Capazes	101	97	198	81,1
Impossib.	9	8	17	7,0
Inocentes	13	16	29	11,9
<i>Total</i>	<i>123</i>	<i>121</i>	<i>244</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Lobo (1861).

**Tabela 5**

## POVOAÇÕES DE CONCEIÇÃO

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Capazes	109	98	207	72,4
Impossibil.	5	12	17	6,0
Inocentes	35	27	62	21,6
<i>Total</i>	<i>149</i>	<i>137</i>	<i>286</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Lobo (1861).

**Tabela 6**

## POVOAÇÕES DE SÃO MARTINHO

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Capazes	7	5	12	57,1
Impossibil.	1	3	4	19,1
Inocentes	3	2	5	23,8
<i>Total</i>	<i>11</i>	<i>10</i>	<i>21</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Lobo (1861).

Ao contrário das sociedades escravistas, no Rio Branco não havia desequilíbrio entre homens e mulheres. Elas, certamente, atuavam como lavradores e coletores de drogas da mesma forma que os homens. Sobre o tema não há referências na documentação consultada. Esse dado, no entanto, permite indagar sobre o baixo número de inocentes. Se havia homens e mulheres na mesma proporção, por que não reproduziam? Para responder a essa pergunta lançaremos algumas hipóteses:

- 1) as mulheres quando capturadas ou deslocadas para as aldeias traziam, certamente, seus filhos;
- 2) as crianças deveriam morrer durante o percurso ou eram mortas por suas próprias mães, conforme informou o padre João de Souza Ferreira;

- 3) a debilidade física dos índios, confirmada pelos vestígios arqueológicos de Anna Roosevelt, diminuía a capacidade reprodutiva dessas mulheres, o que explicaria um número de inocentes tão baixo;
- 4) as condições materiais (alimentação) e as epidemias acarretavam em uma pequena sobrevivência dos inocentes.

Enfim, esses primeiros mapas populacionais demonstram que as aldeias não eram o espaço da reprodução indígena. Nas “matas” o crescimento demográfico era muito mais significativo. Sobre a relação entre os descimentos e a crise demográfica, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira proferiu a seguinte frase: “*Que os descimentos cessarão, à proporção que se multiplicarão as expedições*” (Ferreira, 1885, p. 27).

Alexandre Rodrigues Ferreira comandou uma expedição, a Viagem Filosófica, que percorreu a Amazônia durante nove anos, entre 1783 e 1792. A viagem tinha como principal tarefa realizar um compêndio das possibilidades econômicas da região, auferindo as potencialidades dos reinos animal, vegetal e mineral. Em seu diário e memórias, a agricultura recebeu um especial destaque. Como as culturas eram movidas pelos braços indígenas, o tema de depopulação foi igualmente abordado. De maneira clara, Ferreira relaciona as péssimas condições de vida à queda demográfica, catástrofe há muito comentada por religiosos e administradores coloniais. Sua argumentação inicia-se com os perigos que rondavam as vidas dos remeiros. Para que um índio se torne apto ao ofício se passam 14 anos. No entanto, uma única viagem pelo sertão era capaz de promover a morte da maior parte. Os índios residentes nas aldeias, por sua vez, trabalhavam mais do que comiam, faziam jejuns forçados ou ingeriam apenas farinha de mandioca e água. A carência alimentar propiciava as epidemias e contágios que “ardiam” na Amazônia.

*“Sim, eles não morriam de repente; porém o trabalho e o jejum quotidiano insensivelmente lhes propina (sic) a morte em diversos tragos; chega a doença, que há muito está forjada, e neste caso os diretores não os tratam, como os tratavam os seus padres, porque não há botica na povoação, provida ao menos de remédios os*

*mais domésticos, nem ainda que a houvesse, sairia sempre bem sucedida uma aplicação vaga e arbitrária” (Ferreira, 1885, p. 28).*

Para o doutor de Coimbra, a fome e a epidemia andavam juntas. Ferreira considerava o cotidiano dos índios aldeados como responsável pela ferocidade das epidemias. O Diretório Pombalino e a “liberdade” dos índios eram fatores que promoveram o agravamento da depopulação. Deste modo, ao invés de incentivarem a economia e a civilização dos indígenas, os diretores agiram contra os interesses da Coroa, tornando a Amazônia mais despovoada, mais pobre e mais vulnerável às investidas estrangeiras. As áreas agrícolas, antes desenvolvidas pelos jesuítas, se tornaram decadentes e inviáveis. Os índios estavam submetidos a condições materiais ainda mais precárias do que quando eram escravos. Os diretores não tinham nada a perder, o braço indígena não lhes custava recursos. Eles podiam manter o plantel, enviando expedições de captura e descimento de comunidades indígenas. Alexandre R. Ferreira, portanto, chegou a conclusão que o Diretório acelerou a disseminação das bexigas e sarampos. A mortalidade provocada pelas doenças poderia, segundo o naturalista, ser minimizada. Bastava o emprego de remédios domésticos e a inoculação da doença. Ferreira, então, repete a mesma história narrada décadas antes pelo naturalista francês La Condamine. O carmelita frei Joseph da Magdalena fez inocular a doença e salvou um grande número de vidas. No entanto, essa prática não era aceita pelos jesuítas e nem disseminada pelas autoridades coloniais. Não havia interesse em conter os estragos provocados pelas epidemias (Ferreira, 1885, p. 29-30).

A depopulação está presente em dois mapas populacionais presentes no *Diário da Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. A execução dos mapas são contemporâneos aos de Lobo da Almada, apesar de se referirem a outras localidades da Amazônia. A metodologia de Ferreira é precisa (principalmente nos mapas abaixo) em relação às faixas etárias. As crianças possuem a idade até 7 anos; os jovens de 7 a 14/15 anos; os adultos de 14/15 aos 50 anos; os velhos de 60 a 90; e os anciões de mais de 90 anos. A denominação criança é do próprio Ferreira, as demais foram estabelecidas por mim – ver Tabelas 7 e 8.

**Tabela 7**

## POVOAÇÕES DE MARABITANAS – 1785

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Crianças	50	35	85	22,2
Rapazes	30	30	60	15,6
Adultos	108	93	201	52,5
Velhos	9	15	24	6,3
Anciões	8	5	13	3,4
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>178</b>	<b>383</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ferreira (1885).

**Tabela 8**

## POVOAÇÕES DE CALDAS – 1785

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Crianças	9	7	16	14,7
Rapazes	14	6	20	18,3
Adultos	29	26	55	50,5
Velhos	8	10	18	16,5
Anciãos	XXX	XXX	XXX	XXX
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>49</b>	<b>109</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ferreira (1885).

As características das povoações vistas por Ferreira são semelhantes às de Lobo da Almada, demonstrando que a queda demográfica também era presente em aldeamentos além do Rio Branco. A população é constituída basicamente de adultos aptos ao trabalho, e o crescimento populacional ocorria fora dos espaços coloniais. A relação homem e mulher continua equilibrada, mas não há crescimento demográfico. A instabilidade das aldeias se torna ainda mais evidente no comentário realizado por Ferreira referente a Caldas. O naturalista menciona um mapa populacional anterior, que não tenho notícias, e afirma que nasceram 6 novos índios e diminuíram 90, a queda foi devido a mortes (47) e fugas (43) (Ferreira, 1885, p. 234). Em um período desconhecido, a população de Caldas teve um acrésci-

mo de 6 almas, contra 90 baixas. Deste modo, os povoados incentivados pelo Diretório Pombalino eram responsáveis por uma verdadeira catástrofe demográfica. As fugas e mortes tornaram inviável o povoamento das áreas estratégicas na Amazônia. Os núcleos “urbanos” eram sorvedouros de índios, incapazes de reproduzir a vida econômica e social necessárias à colonização.

A depopulação na Amazônia Colonial possuía as seguintes causas:

- 1) introdução de novos agentes patológicos na floresta tropical;
- 2) os aldeamentos forçavam os índios a conviver com microrganismos estranhos;
- 3) a carência alimentar debilitava a resistência imunológica e diminuía a capacidade reprodutiva das mulheres;
- 4) os diretores incentivavam o consumo de aguardente pelos índios;
- 5) a quantidade de trabalho não era proporcional à alimentação;
- 6) suicídio e aborto promoviam baixas na população jovem e fértil;
- 7) as fugas desestabilizavam as aldeias e incentivavam mais descimentos.

Enfim, a dinâmica da depopulação da Amazônia possuía a seguinte lógica: os espaços coloniais (as aldeias e plantações) não promoviam o crescimento demográfico, mas necessitavam de mão-de-obra. As baixas eram recompostas por intermédio de expedições de captura de índios que, a cada ano, se deslocavam para áreas ainda mais distantes dos espaços coloniais. Essa dinâmica resultou em estagnação econômica e catástrofe demográfica.

### 3 BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R. H. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Rio de Janeiro: PPGAS-UFRJ, 1995. (Tese de doutorado).
- AMOROSO, M. R. *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões. Representações dos Mura no Imaginário Colonial*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991. (Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia Social-IFCH/Unicamp).
- BESSA, Fr. J. R. (Coord.) *A Amazônia Colonial – 1616-1798*. Manaus: Metro Cúbico, 1991.
- CARVAJAL, Frei G. *Relatório do novo descobrimento do famoso Rio Grande descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*. São Paulo: Scritta, p. 49, 1992.
- DOMINGUES, A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em fins do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Instituto de Ciência do Além-mar, 1991.
- FERREIRA, A. R. Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São-José do Rio-Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 70, p. 27, 1885.
- FERREIRA, J. S. América abreviada. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, n. 57, parte I, p. 116-117, 1883.
- FRITZ, S. O diário do Padre Samuel Fritz. *Revista do Instituto Histórico*, n. 81, p. 393, 1918.
- HEMMING, J. *Amazon frontier*. London: Macmillan, 1987.
- KIEMAN, M. *The indians policy of Portugal in the amazon region, 1614-1693*. Washington: The Catholic Un. Press, 1954.
- LA CONDAMINE, Ch. *Viagem pelo Amazonas – 1735-1745*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 110-111, 1992.
- LOBO DE ALMADA, M. G. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território (1787). *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, n. 24, p. 669-674, 1861.

- MACLACHLAN, C. M. The indians labor structure in the portuguese Amazon - 1700-1800. In: ALDEN, D. (Ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: Un. of California Press, 1973.
- MEGGERS, B. J., EVANS, C. Archeological excavations at the mouth of the Amazon. *Bulletin of the American Ethnological Society*, n. 167, 1957.
- ROOSEVELT, A. C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. A. (Org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 103-141, 1991.
- , Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 53, 1992.
- S. JOSÉ, D. Fr. João de. Viagem e visita do sertão no bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763. *Revista de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 9, p. 90-91, 1847.
- VIEIRA, Pd. A. Resposta que deu o padre Antônio Vieira ao Senado da Câmara do Pará... In: *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Educ, p. 49, 1992.